

Até fevereiro de 2018, as administrações públicas evidenciaram uma redução do excedente orçamental em contabilidade pública e em termos ajustados quando comparado com o período homólogo. No entanto, ainda não é possível estabelecer extrapolações para o conjunto do ano 2018 visto que estão decorridos apenas dois meses de execução orçamental. Por subsectores, os principais contributos para a referida descida homóloga encontram-se nos serviços e fundos autónomos e na administração local. Em sentido oposto, o subsector Estado, a segurança social e a administração regional registaram saldos superiores aos verificados nos primeiros dois meses do ano anterior. Por componentes de classificação económica, destaca-se do lado da receita a subida homóloga da receita fiscal e contributiva, e do lado da despesa o aumento das despesas com juros e outros encargos devido às entidades públicas reclassificadas. Em contrapartida, verificou-se um baixo grau de execução das outras receitas correntes e da receita de capital, bem como das despesas em investimento e em aquisição de bens e serviços.

### Síntese da execução orçamental

1 A presente análise tem como fonte principal a Síntese de Execução Orçamental publicada pela Direção-Geral do Orçamento (DGO) no dia 27 de março, relativa às contas das administrações públicas até fevereiro de 2018, na ótica da contabilidade pública. Enquanto referenciais anuais para efeitos de comparação com a execução orçamental são utilizados a execução provisória de 2017, que será posteriormente substituída pela Conta Geral do Estado, e o Orçamento do Estado para 2018 (OE/2018).

**Tabela 1 – Saldo global por subsector**  
(em milhões de euros)

Subsector	Jan-fev 2017	Jan-fev 2018	variação homóloga	Referencial anual		
				2017	OE/2018	variação homóloga OE/2018
1. Estado	-1 126	-722	404	-4 822	-5 532	-710
2. Serviços e Fundos Autónomos	270	27	-242	-114	187	301
do qual: EPR	-248	-429	-182	-1 109	-1 283	-174
3. Administração Central (1+2)	-856	-695	162	-4 936	-5 345	-409
4. Segurança Social	679	779	100	2 078	929	-1 149
5. Adm. Central + Seg. Social (3+4)	-177	85	262	-2 858	-4 416	-1 559
6. Administração Regional e Local	204	174	-30	284	880	596
7. Administrações Públicas, contabilidade pública (5+6)	27	258	232	-2 574	-3 537	-963

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: Os valores relativos a 2017 referem-se à execução provisória, a qual será objeto de atualização após a publicação da CGE/2017. O referencial anual para 2018 corresponde ao OE/2018.

2 Para 2018, o objetivo do saldo orçamental tem diferentes sentidos para a variação homóloga consoante a ótica contabilística: uma deterioração em contabilidade pública, mas uma melhoria em contabilidade nacional. Em termos não ajustados, as administrações públicas registaram um excedente orçamental em contabilidade pública nos dois primeiros meses de 2018, o que corresponde a uma subida face ao excedente verificado no período homólogo. De acordo com os dados divulgados pela DGO, i.e. sem qualquer ajustamento, as administrações públicas evidenciaram um excedente orçamental de 258 M€ no período janeiro-fevereiro de 2018, o que reflete um aumento de 232 M€ em relação ao excedente observado no mesmo período de 2017 (Tabela 1 e Tabela 16). De salientar que o objetivo anual para 2018 tem implícita uma deterioração homóloga do saldo orçamental em contabilidade pública no montante de 963 M€, quando comparado com a execução provisória de 2017.

**Tabela 2 - Saldo global ajustado, por subsector**  
(em milhões de euros)

Subsector	Jan-fev 2017	Jan-fev 2018	variação homóloga	Referencial anual		
				2017	OE/2018	variação homóloga OE/2018
1. Estado	-793	-556	238	-4 819	-5 615	-795
2. Serviços e Fundos Autónomos	499	210	-289	-114	187	301
do qual: EPR	-69	-247	-178	-1 109	-1 283	-174
3. Administração Central (1+2)	-295	-346	-51	-4 933	-5 428	-494
4. Segurança Social	657	710	53	1 652	903	-749
5. Adm. Central + Seg. Social (3+4)	363	365	2	-3 281	-4 524	-1 243
6. Administração Regional e Local	226	174	-52	284	880	596
7. Administrações Públicas, contabilidade pública (5+6)	588	538	-50	-2 997	-3 644	-647

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: Os valores encontram-se ajustados de fatores que limitam a comparabilidade homóloga, identificados na Caixa 1 em anexo.

3 Em termos ajustados, o objetivo para o saldo orçamental em 2018 tem subjacente uma deterioração homóloga. A presente análise encontra-se elaborada em termos ajustados dos fatores mais relevantes que limitam a comparabilidade homóloga no biênio 2017-2018, identificados na Caixa 1 em anexo.<sup>1</sup> Na ótica da contabilidade pública, após ajustamentos, as administrações públicas têm subjacente uma variação homóloga negativa do défice orçamental (Tabela 2).

4 Por subsectores, o conjunto das administrações públicas registou um excedente ajustado no período janeiro-fevereiro de 2018. Tendo por referência os meses janeiro-fevereiro (Tabela 2 e Tabela 3), observou-se uma variação homóloga negativa do saldo das administrações públicas, a qual decorreu de um aumento da despesa efetiva (606 M€) acima do observado na receita efetiva (556 M€). Por subsectores, evidencia-se a deterioração homóloga do subsector dos serviços e fundos autónomos (-289 M€), essencialmente devido ao contributo das entidades públicas reclassificadas (-178 M€), bem como da administração local (-119 M€). Em sentido contrário, salienta-se o aumento homólogo do saldo nos subsectores Estado (+238 M€), segurança social (+53 M€) e administração regional (+67 M€).

<sup>1</sup> Os ajustamentos têm por base a relevância do montante, a possibilidade de quantificação e referem-se ao biênio 2017-2018.

**Tabela 3 – Conta das administrações públicas**  
(em milhões de euros e em percentagem)

	Jan-fev		var. homóloga		Ref. anuais		var. homóloga		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017	OE/2018
Receita efetiva	12 139	12 695	556	4,6	80 580	86 122	5 542	6,9	15,1	14,7
Corrente	11 893	12 505	613	5,2	78 577	82 642	4 065	5,2	15,1	15,1
Capital	246	190	-56	-22,9	2 003	3 480	1 477	73,7	12,3	5,5
Despesa efetiva	11 551	12 157	606	5,3	83 577	89 767	6 190	7,4	13,8	13,5
Corrente primária	9 673	9 957	284	2,9	70 024	74 501	4 477	6,4	13,8	13,4
Juros	1 266	1 605	338	26,7	8 299	8 426	127	1,5	15,3	19,0
Capital	612	595	-16	-2,7	5 254	6 840	1 586	30,2	11,6	8,7
Saldo global	588	538	-50		-2 997	-3 644	-647			

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Notas: Os valores encontram-se ajustados de fatores que limitam a comparabilidade homogênea, identificados na Caixa 1 em anexo. O referencial anual para 2017 tem por base a execução provisória.

**5 A receita cresceu nos primeiros dois meses do ano, embora a um ritmo inferior ao objetivo do OE/2018.** Até fevereiro a receita efetiva registou um crescimento de 4,6% (Tabela 3), com os contributos de 5,0 p.p. da receita corrente e -0,5 p.p. da receita de capital, situando-se a cobrança em níveis inferiores ao objetivo de 6,9% previsto no OE/2018. O crescimento da receita corrente foi determinado pela receita fiscal e pelas contribuições para a segurança social, com contributos de 4,2 p.p. e 1,7 p.p., respetivamente. Tomando como referência o objetivo implícito definido no OE/2018 para cada uma das componentes da receita, verifica-se que o aumento homólogo de 5,2% da receita corrente até fevereiro de 2018 está em linha com o previsto para o ano como um todo, mas a quebra de 22,9% da receita de capital contrasta com a subida prevista de 73,7%.

**6 A receita fiscal cresceu 7,4%, superando a taxa de crescimento implícita no OE/2018, devido à evolução positiva dos impostos indiretos e diretos.** A receita fiscal arrecadada até ao final de fevereiro cresceu 7,4%, o que representa um acréscimo de 511 M€ face ao ano anterior (Tabela 4), excedendo em 4,9 p.p. a taxa de crescimento subjacente ao OE/2018. Para este resultado contribuíram os impostos indiretos com 3,3 p.p. e os impostos diretos com 1,0 p.p., refletindo taxas de variação homóloga de 9,1% e 4,5%, respetivamente. Ao nível da cobrança, destacam-se os comportamentos positivos do IVA e do ISP nos impostos indiretos e do IRS e IRC nos impostos diretos. Por questões de comparabilidade face ao período homólogo foram efetuados ajustamentos à receita fiscal, nomeadamente o PERES, a receita de reavaliação de ativos, a receita do IRC e a uniformização contabilística da receita relativa à taxa de incidência sobre os seguros do INEM (Caixa 1).<sup>2,3</sup>

**Tabela 4 – Receita fiscal e contributiva das administrações públicas**  
(em milhões de euros e em percentagem)

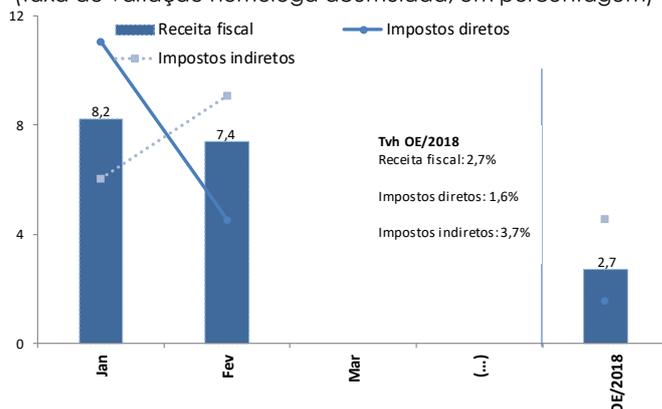
	Jan-fev		var. homóloga		Ref. anuais		var. homóloga		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017	OE/2018
Receita Fiscal	6 902	7 413	511	7,4	47 232	48 516	1 284	2,7	14,6	15,3
Impostos diretos	2 566	2 682	116	4,5	21 410	21 745	334	1,6	12,0	12,3
Impostos indiretos	4 336	4 731	395	9,1	25 821	26 772	950	3,7	16,8	17,7
Contribuições Sociais	3 125	3 335	210	6,7	19 760	20 469	709	3,6	15,8	16,3
dos quais: Segurança Social	2 558	2 752	193	7,6	15 713	16 510	797	5,1	16,3	16,7
dos quais: CGA	555	570	15	2,8	3 970	3 882	-88	-2,2	14,0	14,7
Receita Fiscal e Contributiva	10 027	10 748	721	7,2	66 992	68 985	1 993	3,0	15,0	15,6

Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

<sup>2</sup> A receita de IRC foi ajustada devido a um desfazamento temporal motivado por uma operação financeira de uma empresa, a qual gerou uma receita de 235 M€ em 2017.

<sup>3</sup> Durante a execução do ano de 2018 a receita do INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica - encontra-se registada em taxas, enquanto no ano 2017 e no OE/2018 esta receita foi registada em impostos indiretos.

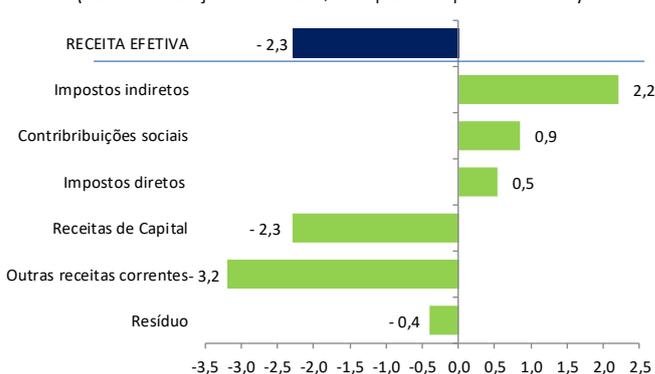
**Gráfico 1 – Receita fiscal das administrações públicas**  
(taxa de variação homóloga acumulada, em percentagem)



Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

**7 Até ao final de fevereiro, a receita com contribuições sociais cresceu 6,7%, refletindo o aumento das contribuições para a segurança social e para a Caixa Geral de Aposentações.** O crescimento das contribuições para sistemas de proteção social situou-se em 6,7%, excedendo em 3,1 p.p. o crescimento de 3,6% implícito ao OE/2018. Sublinhe-se que na receita da CGA foi ajustado o efeito base referente à alteração no regime de pagamento do subsídio de Natal (Caixa 1).

**Gráfico 2 – Principais contributos para o desvio da receita**  
(face ao objetivo anual, em pontos percentuais)

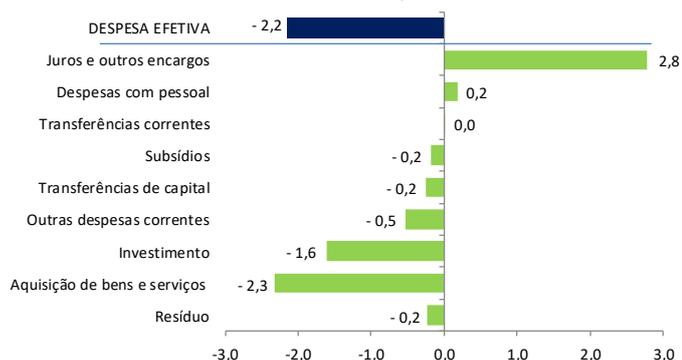


Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Notas: A soma dos contributos das componentes de receita diverge do desvio da taxa de variação da receita efetiva devido à existência de diferenças de consolidação, gerando um resíduo. Os montantes das diferenças de consolidação encontram-se detalhados na Tabela 15 e na Tabela 16.

**8 Até fevereiro de 2018, o grau de execução da despesa efetiva foi inferior ao observado no mesmo período do ano anterior.** Tendo como referência o OE/2018 inicial, o grau de execução da despesa efetiva situou-se em 13,5%, ficando 0,3 p.p. abaixo do verificado no período homólogo (Tabela 3 e Tabela 15). Relativamente à desagregação por tipo de despesa, a componente corrente (13,9%) e a componente capital (8,7%) apresentaram graus de execução inferiores ao registado no período homólogo. Contudo, importa referir que o desvio ocorrido em 2017, entre a estimativa de execução apresentada em outubro no âmbito da Proposta de Lei do OE/2018 e a execução provisória, pode ter efeitos no ano 2018, visto que a previsão implícita ao OE/2018 se efetuou tendo por base um ponto de partida que não se concretizou, o que pode ter implicações nas variações homólogas implícitas. De salientar que a dotação

orçamental para a despesa corrente inclui a dotação provisional no Ministério das Finanças, bem como a reserva orçamental dos organismos da administração central.<sup>4</sup> Adicionalmente, no OE/2018 encontram-se orçamentadas dotações centralizadas no Ministério das Finanças para objetivos específicos: descongelamento de carreiras (130 M€), sustentabilidade do setor da saúde (84,9 M€), incêndios florestais (187 M€), regularização de passivos e aplicação de ativos (480 M€), contrapartida pública nacional (100 M€) e orçamento participativo (5 M€).<sup>5, 6</sup>

**Gráfico 3 – Principais contributos para o desvio da despesa**  
(em termos acumulados face ao objetivo anual, em pontos percentuais)



Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: No OE/2018, o agrupamento "outras despesas correntes" inclui a reserva orçamental. A componente "resíduo" reflete a dotação provisional e as diferenças de consolidação. Os montantes das diferenças de consolidação encontram-se detalhados na Tabela 15 e na Tabela 16.

**Tabela 5 – Despesa corrente primária e principais rubricas**  
(variações homólogas, em milhões de euros e percentagem)

	Jan-fev				Ref. Anuais				Grau execução	
	2017	2018	var. homóloga	%	2017	OE/2018	var. homóloga	%	2017	OE/2018
<b>Despesa Corrente Primária</b>	9 673	9 957	284	2,9	70 024	74 501	4 477	6,4	13,8	13,4
Despesas com pessoal	2 844	2 871	27	0,9	20 144	20 176	32	0,2	14,1	14,2
Aquisição de bens e serviços	1 427	1 323	-103	-7,2	11 779	12 976	1 197	10,2	12,1	10,2
Transferências correntes	5 169	5 419	251	4,9	35 596	37 407	1 811	5,1	14,5	14,5
Seg. Social (Pensões + Prestações)	3 171	3 301	130	4,1	21 596	22 974	1 378	6,4	14,7	14,4
Caixa Geral de Aposentações	1 374	1 407	33	2,4	9 529	9 738	209	2,2	14,4	14,5
Subsídios	121	156	35	29,1	947	1 347	400	42,2	12,8	11,6
Outras despesas correntes	109	163	54	49,3	965	1 792	827	85,8	11,3	9,1

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: Os valores encontram-se ajustados de fatores que limitam a comparabilidade homóloga, identificados na Caixa 1 em anexo. Os dados são consolidados, pelo que a rubrica "Transferências correntes" não incorpora as operações ocorridas entre entidades das administrações públicas.

**9 No período janeiro-fevereiro de 2018, as despesas com pessoal evidenciaram um grau de execução próximo do verificado no período homólogo.**<sup>7</sup> O orçamento para despesas com pessoal inclui uma dotação centralizada no Ministério das Finanças para reforço orçamental no âmbito do descongelamento de carreiras na administração central (130 M€). No OE/2018 o valor orçamentado para as administrações públicas é de 20 176 M€, o que corresponde a um crescimento homólogo de 0,2% em relação à

<sup>4</sup> A Lei do OE/2018 para a administração central inclui na rubrica "outras despesas correntes" a dotação provisional (495 M€), bem como a reserva orçamental (451,2 M€). Até fevereiro de 2018, a reafetação da dotação provisional situou-se em 9,9 M€, enquanto a reafetação da reserva orçamental foi residual.

<sup>5</sup> Até fevereiro de 2018, do conjunto das dotações orçamentais centralizadas foram utilizados 31 M€ relativos a incêndios florestais.

<sup>6</sup> De referir que do conjunto das dotações orçamentais centralizadas encontra-se orçamentada despesa com ativos financeiros, nomeadamente para incêndios florestais (62 M€) e regularização de passivos e aplicação de ativos (180 M€).

<sup>7</sup> Para efeitos de comparabilidade homóloga, os dados encontram-se ajustados do diferente perfil de pagamentos no âmbito dos duodécimos do subsídio de férias no biénio 2017-2018 (Caixa 1 em anexo).

execução provisória de 2017 (Tabela 5, Tabela 6 e Tabela 15). De salientar que o desvio observado em 2017 (154 M€) entre a estimativa e execução provisória de 2017 pode ter efeitos na variação homóloga a verificar em 2018. Em termos relativos, o crescimento das despesas com pessoal no período janeiro-fevereiro de 2018 situou-se em 0,9% em relação ao período homólogo. Contudo, importa referir que de acordo com a DGO identificaram-se dificuldades no tratamento informático nos meses janeiro e fevereiro de 2018 com impacto nos valores reportados, sendo que serão gradualmente estabilizados.

**Tabela 6 – Despesas com pessoal das administrações públicas**  
(em milhões de euros e em percentagem)

	Jan-fevereiro		var. homóloga		Ref. anuais		VH OE/2018		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017	OE/2018
<b>Administração Central, por programa</b>	2 284	2 299	15	0,7	16 237	16 300	63	0,4	14,1	14,1
Ensino Básico e Secundário e Ad. Escolar	675	698	22	3,3	4 685	4 408	-278	-5,9	14,4	15,8
Saúde	572	562	-10	-1,7	3 966	3 951	-14	-0,4	14,4	14,2
Segurança Interna	235	230	-5	-2,1	1 599	1 594	-5	-0,3	14,7	14,4
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	175	173	-2	-1,4	1 345	1 426	81	6,0	13,0	12,1
Defesa Nacional	169	162	-8	-4,5	1 275	1 267	-8	-0,6	13,3	12,8
Órgãos de Soberania e Justiça	166	172	7	4,0	1 202	1 182	-19	-1,6	13,8	14,6
Trabalho, Solidariedade e Seg. Social	47	50	2	4,6	340	380	40	11,7	13,9	13,1
Finanças	75	74	-1	-1,3	596	621	25	4,3	12,6	11,9
Descongelamento de carreiras	-	0	-	-	-	130	-	-	-	0,0
Segurança Social	37	38	1	1,9	262	284	22	8,5	14,2	13,3
<b>Administração Regional e Local</b>	523	524	11	2,1	3 645	3 592	-53	-1,5	14,4	14,9
<b>Total</b>	2 844	2 871	27	0,9	20 144	20 176	32	0,2	14,1	14,2

Por memória:  
**Total (antes de ajustamentos)** 2 963 2 871 -92 -3,1 20 144 20 176 32 0,2 14,7 14,2

Fontes: DGO, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO. | Nota: A dotação orçamental da administração central inclui uma dotação centralizada no orçamento do Ministério das Finanças (130 M€) para descongelamento de carreiras que visa a execução no âmbito de outros Ministérios.

**10 Até fevereiro de 2018, o grau de execução da despesa com aquisição de bens e serviços foi inferior ao registado no mesmo período do ano anterior.** O grau de execução da aquisição de bens e serviços foi de 10,2% do previsto no OE/2018, ficando 1,9 p.p. aquém do observado no período homólogo (Tabela 5, Tabela 7 e Tabela 15). Em 2017, verificou-se um desvio de 432 M€ entre a estimativa e a execução provisória, o que poderá ter efeitos ao nível da despesa de aquisição de bens e serviços do ano em curso. De acordo com os dados da DGO, o passivo não financeiro das administrações públicas em aquisição de bens e serviços situou-se em 826 M€ no final de fevereiro de 2018, o que corresponde a um aumento de 142 M€ quando comparado com o final de dezembro de 2017. Quanto aos pagamentos em atraso nos Hospitais EPE, o valor total no final de fevereiro de 2018 situou-se em 1024 M€, o que reflete um acréscimo de 187 M€ face ao valor do final do ano 2017.

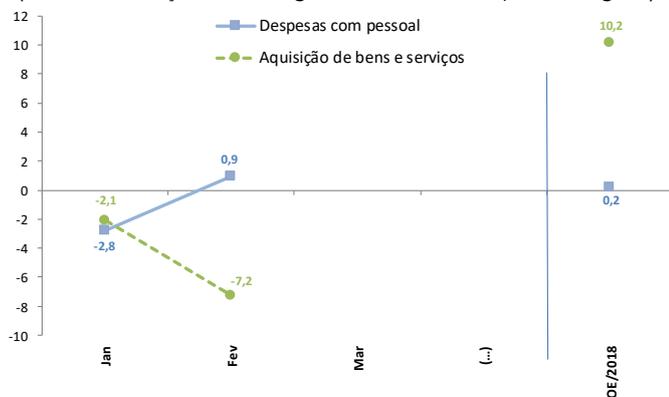
**Tabela 7 – Aquisição de bens e serviços das administrações públicas**  
(em milhões de euros e em percentagem)

	Jan-fevereiro		var. homóloga		Ref. anuais		VH OE/2018		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017	OE/2018
<b>Administração Central, por programa</b>	1 047	968	-79	-7,6	8 571	9 416	845	9,9	12,2	10,3
Ensino Básico e Secundário e Ad. Escolar	3	11	8	-	104	134	30	29,2	3,2	8,2
Saúde	818	712	-106	-13,0	5 706	5 545	-161	-2,8	14,3	12,8
Finanças	22	20	-2	-7,4	237	265	28	12,0	9,2	7,6
Dotação centralizada: regularização de passivos não financeiros	-	0	-	-	-	300	-	-	-	0,0
Dotação centralizada: Saúde	-	0	-	-	-	85	-	-	-	0,0
Segurança Interna	19	18	0	-2,6	224	280	56	24,8	8,5	6,6
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	19	18	-1	-6,3	292	311	19	6,6	6,5	5,7
Defesa Nacional	11	21	11	99,1	446	465	19	4,2	2,4	4,5
Economia	6	12	6	-	104	140	36	34,3	5,7	8,7
Ambiente	14	13	-1	-5,4	143	192	49	34,6	9,9	7,0
Planeamento e Infraestruturas	37	42	5	12,3	461	621	160	34,6	8,1	6,7
Segurança Social	3	3	0	2,6	52	112	60	115,8	6,3	3,0
<b>Administração Regional e Local</b>	86	69	-18	-20,4	3 849	3 449	-400	-10,4	2,2	2,0
<b>Total</b>	1 427	1 323	-103	-7,2	11 779	12 976	1 197	10,2	12,1	10,2
<b>Sub total, sem programa Saúde</b>	609	612	3	0,5	6 073	7 432	1 358	22,4	10,0	8,2

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: A dotação orçamental da administração central inclui dotações centralizadas no orçamento do Ministério das Finanças (384,9 M€) que visam a execução noutros ministérios, nomeadamente com a finalidade de assegurar a sustentabilidade do setor da saúde (84,9 M€) e a regularização de passivos não financeiros da administração central (300 M€).

**11 O grau de execução até fevereiro de 2018 dos juros pagos pelas entidades públicas reclassificadas (EPR) ficou acima do verificado no período homólogo, essencialmente devido ao pagamento no âmbito de juros swap do Metropolitano de Lisboa.** A despesa com juros pagos pelas EPR situou-se em 375,6 M€ no período janeiro-fevereiro de 2018, o que corresponde a um grau de execução de 43% do valor orçamentado no OE/2018 para juros a pagar pelas EPR a entidades exteriores às administrações públicas.<sup>8</sup> Refira-se que o montante de pagamentos do Metropolitano de Lisboa foi de 300,4 M€, o que reflete uma execução de 91,2% do valor orçamentado no OE/2018 por esta EPR. De acordo com a DGO, o elevado montante de pagamentos do Metropolitano de Lisboa foi justificado pela regularização de pagamentos de contratos swap no valor de 271,2 M€. Adicionalmente, o Metro do Porto registou em fevereiro de 2018 uma despesa de 36,3 M€ também relacionada com o acordo efetuado no âmbito dos contratos swap.<sup>9</sup>

**Gráfico 4 – Principais despesas das administrações públicas**  
(taxa de variação homóloga acumulada, em percentagem)



Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

**12 Até fevereiro de 2018, a despesa com subsídios evidenciou um grau de execução abaixo do observado no período homólogo.**<sup>10</sup> O grau de execução dos subsídios situou-se em 11,6% do OE/2018 até fevereiro de 2018, sendo 1,2 p.p. inferior ao verificado no mesmo período do ano anterior (Tabela 5, Tabela 8 e Tabela 15). De referir que em 2017 identificou-se um desvio de 401 M€ entre a estimativa e a execução provisória, o que terá efeitos na taxa de crescimento prevista para 2018. Os valores orçamentados em subsídios estão concentrados no subsector da segurança social, bem como nos serviços e fundos autónomos, nomeadamente no Instituto do Emprego e Formação Profissional.

<sup>8</sup> Nesta análise excluem-se os juros pagos a entidades da administração central visto que existe consolidação dentro do perímetro da administração central.

<sup>9</sup> De referir que o Metro do Porto registou em 2017 despesas de 187,5 M€ relativas ao acordo após processos judiciais sobre juros swap, essencialmente concentradas em maio de 2017.

<sup>10</sup> Importa salientar que em classificação económica a componente "subsídios" não incluiu subsídios de desemprego, os quais estão registados como transferências correntes para as famílias.

**Tabela 8 – Subsídios das administrações públicas**  
(em milhões de euros e em percentagem)

	Jan-fevereiro		var. homóloga		Ref. anuais		VH OE/2018		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017	OE/2018
<b>Administração Central, dos quais:</b>	51	72	22	42,7	531	529	-2	-0,4	9,5	13,6
Subsídios e Indemnizações compensatórias	2	5	3	-	51	67	16	32,3	4,3	7,2
Bonificação de juros	3	4	2	55,2	36	45	9	25,9	7,8	9,6
IEFP	36	41	5	15,1	318	324	6	1,9	11,2	12,7
IFAP	1	1	1	85,2	37	29	-8	-21,1	2,1	5,0
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	4	4	0	-	28	29	2	6,5	14,1	13,9
Segurança Social	63	78	15	23,1	281	694	413	147,2	22,6	11,2
<b>Administração Regional e Local</b>	7	6	-1	-13,6	135	124	-11	-8,1	5,2	4,9
<b>Total</b>	121	156	35	29,1	947	1 347	400	42,4	12,8	11,6

Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

**13 O grau de execução das transferências correntes para entidades exteriores às administrações públicas até fevereiro de 2018 ficou em linha com o observado no mesmo período do ano anterior.** O grau de execução das transferências correntes foi de 14,5%, ficando em linha com o registado no período homólogo (Tabela 5, Tabela 9 e Tabela 15). Importa salientar que o OE/2018 tem subjacente um aumento das prestações sociais da segurança social em 6,4% quando comparado com a execução provisória, sendo que até fevereiro de 2018 a taxa de crescimento foi inferior à prevista para o total do ano. De referir que a Lei do OE/2018 tem implícito o fim do pagamento em duodécimos do subsídio de Natal aos pensionistas da segurança social e da CGA, os quais se encontram ajustados na presente informação técnica.

**Tabela 9 – Transferências correntes para entidades exteriores às administrações públicas**  
(em milhões de euros e em percentagem)

	Jan-fevereiro		var. homóloga		Ref. anuais		VH OE/2018		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017	OE/2018
<b>Administração Central, dos quais:</b>	1 851	1 969	118	6,4	13 011	13 549	538	4,1	14,2	14,5
CGA - pensões e outros abonos	1 374	1 407	33	2,4	9 532	9 739	206	2,2	14,4	14,5
Contribuição financeira União Europeia	250	285	35	13,9	1 503	1 711	208	13,9	16,7	16,7
Recursos próprios tradicionais	28	30	2	6,7	184	178	-6	-3,4	15,3	16,9
Ensino Básico e Secundário e Ad. Escolar	45	41	-4	-8,8	304	330	25	8,4	14,6	12,3
IFAP	25	52	27	-	390	260	-130	-33,3	6,5	19,9
Fundação para a Ciência e Tecnologia	16	18	2	12,9	99	109	10	9,9	15,8	16,3
Fundo de Ação Social (ensino superior)	41	43	2	4,9	138	143	5	3,6	29,6	30,0
Contribuições e quotas para organizações internacionais	2	1	-1	-38,2	77	70	-7	-8,9	2,1	1,4
Transferência para a Grécia	0	0	0	-	0	144	144	-	-	0,0
Fundo de Acidentes de Trabalho	8	7	-1	-10,3	39	51	12	30,0	20,4	14,1
IEFP	6	6	-1	-8,1	58	69	11	18,2	10,8	8,4
Instituto de Turismo de Portugal	1	13	12	-	37	52	15	40,3	2,2	24,0
Fundo Ambiental	0	5	5	-	82	111	29	35,3	0,0	4,8
Autoridade Nacional de Proteção Civil	8	7	0	-5,2	91	62	-29	-31,8	8,5	11,8
Segurança Social	3 236	3 368	131	4,1	21 973	23 281	1 309	6,0	14,7	14,5
<b>Administração Regional e Local</b>	81	82	1	1,3	612	577	-35	-5,7	13,3	14,3
<b>Total</b>	5 169	5 419	251	4,9	35 596	37 407	1 811	5,1	14,5	14,5
<i>Por memória (antes de ajustamentos):</i>										
CGA - pensões e outros abonos	1 431	1 407	-24	-1,6	9 532	9 739	206	2,2	15,0	14,5
Contribuição financeira União Europeia	318	388	70	22,0	1 503	1 711	208	13,9	21,1	22,7
Segurança Social	3 332	3 368	36	1,1	21 973	23 281	1 309	6,0	15,2	14,5
<b>Total (antes de ajustamentos)</b>	5 388	5 548	160	3,0	35 596	37 407	1 811	5,1	15,1	14,8

Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

**14 Até fevereiro de 2018, as despesas de capital registaram um grau de execução inferior ao observado no período homólogo.**<sup>11</sup> O grau de execução das despesas de capital foi de 8,7%, sendo 2,9 p.p. abaixo do verificado no mesmo período do ano anterior (Tabela 3 e Tabela 15). Em 2017 verificou-se um desvio entre a estimativa e a execução provisória de 349 M€, sendo que o valor do OE/2018 foi orçamentado com base numa estimativa para 2017 que não se concretizou. Quanto à empresa Infraestruturas de Portugal, a despesa orçamentada no OE/2018 com investimento, excluindo concessões, é de 290,8 M€ (Tabela 10), sendo a execução até fevereiro de 2018 de 2,5%.<sup>12</sup> Relativamente às transferências de capital (Tabela 11), o grau de execução situou-se em 11,2% até fevereiro de 2018, sendo 1,9 p.p. inferior ao observado no período homólogo.

<sup>11</sup> Para efeitos de comparabilidade homóloga, os dados encontram-se ajustados dos pagamentos das despesas com concessões e

**Tabela 10 – Investimento das administrações públicas**  
(em milhões de euros e em percentagem)

	Jan-fevereiro		var. homóloga		Ref. anuais		VH OE/2018		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017	OE/2018
<b>Administração Central, dos quais:</b>	<b>297</b>	<b>293</b>	<b>-4</b>	<b>-1,2</b>	<b>2 109</b>	<b>3 409</b>	<b>1 299</b>	<b>61,6</b>	<b>14,1</b>	<b>8,6</b>
Infraestruturas de Portugal (IP)	248	252	4	1,7	1 522	1 760	238	15,6	16,3	14,3
Concessões	242	245	3	1,4	1 449	1 469	20	1,4	16,7	16,7
Outros investimentos da IP	6	7	1	15,2	73	291	218	-	8,8	2,5
Dotação centralizada: contrapartida pública nacional	-	0	-	-	100	-	-	-	-	0,0
Defesa Nacional	14	5	-8	-62,1	207	255	48	23,4	6,6	2,0
Saúde	12	12	0	-3,3	106	301	195	-	11,7	4,0
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	5	4	-2	-34,6	97	127	30	31,3	5,5	2,8
Ensino Básico e Secundário e Ad. Escolar	2	0	-2	-87,3	56	80	25	44,2	4,1	0,4
EDIA	0	1	0	74,6	17	37	20	-	2,1	1,7
Programas Polis	-	3	-	-	15	59	45	-	-	4,6
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	4	5	1	36,6	37	63	26	70,1	10,6	8,5
Metro do Porto	2	1	-2	-71,2	12	29	17	-	20,0	2,4
Metropolitano de Lisboa	0	1	0	86,3	13	45	32	-	2,6	1,4
Segurança Social	0	0	0	-	23	51	28	-	0,1	0,1
<b>Administração Regional e Local</b>	<b>149</b>	<b>152</b>	<b>3</b>	<b>2,1</b>	<b>2 005</b>	<b>2 026</b>	<b>21</b>	<b>1,0</b>	<b>7,4</b>	<b>7,5</b>
<b>Total</b>	<b>446</b>	<b>445</b>	<b>-1</b>	<b>-0,1</b>	<b>4 137</b>	<b>5 485</b>	<b>1 348</b>	<b>32,6</b>	<b>10,8</b>	<b>8,1</b>
<b>Sub total, sem concessões da IP</b>	<b>204</b>	<b>200</b>	<b>-4</b>	<b>-1,9</b>	<b>2 688</b>	<b>4 016</b>	<b>1 328</b>	<b>49,4</b>	<b>7,6</b>	<b>5,0</b>
Por memória (antes de ajustamentos):										
Infraestruturas de Portugal (IP)	404	435	31	7,6	1 522	1 760	238	15,6	26,5	24,7
Concessões	398	427	30	7,5	1 449	1 469	20	1,4	27,4	29,1
Outros investimentos da IP	6	7	1	15,2	73	291	218	-	8,8	2,5
<b>Total (antes de ajustamentos)</b>	<b>602</b>	<b>628</b>	<b>26</b>	<b>4,3</b>	<b>4 137</b>	<b>5 485</b>	<b>1 348</b>	<b>32,6</b>	<b>14,5</b>	<b>11,4</b>

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: A dotação orçamental da administração central incluiu uma dotação centralizada no orçamento do Ministério das Finanças (100 M€) que visa a execução no âmbito de outros Ministérios.

**Tabela 11 – Transferências de capital para entidades exteriores às administrações públicas**  
(em milhões de euros e em percentagem)

	Jan-fevereiro		var. homóloga		Ref. anuais		VH OE/2018		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017	OE/2018
<b>Administração Central, dos quais:</b>	<b>82</b>	<b>95</b>	<b>13</b>	<b>15,3</b>	<b>673</b>	<b>939</b>	<b>265</b>	<b>39,4</b>	<b>12,2</b>	<b>10,1</b>
Fundo de Resolução	0	0	0	-	130	135	5	4,0	0,0	0,0
Comissões e outros encargos: Min. Finanças	26	35	9	33,4	96	85	-11	-11,2	27,0	40,5
IAPMEI	3	2	-1	-30,7	21	41	20	93,4	12,7	4,6
Fundação para a Ciência e Tecnologia	12	27	15	-	119	267	148	124,1	10,3	10,2
IFAP	41	35	-6	-14,1	253	383	130	51,6	16,1	9,1
Fundo para a Sustentabilidade Sistemática do Setor Energético	0	0	0	-	24	-	-	-	0,0	-
Segurança Social	0	0	0	-81,8	6	8	2	31,0	4,8	0,7
<b>Administração Regional e Local</b>	<b>47</b>	<b>51</b>	<b>5</b>	<b>9,7</b>	<b>307</b>	<b>367</b>	<b>60</b>	<b>19,4</b>	<b>15,3</b>	<b>14,0</b>
<b>Total</b>	<b>130</b>	<b>147</b>	<b>17</b>	<b>13,1</b>	<b>987</b>	<b>1 313</b>	<b>327</b>	<b>33,1</b>	<b>13,1</b>	<b>11,2</b>

Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

## Tópicos sobre a execução orçamental

### Execução Orçamental da Segurança Social

**15 Em fevereiro de 2018, a segurança social apresentou um saldo positivo.** A segurança social apresentou um saldo positivo de 779 M€ nos primeiros dois meses do ano, o que representa uma melhoria de 100 M€ face ao mesmo período do ano anterior (Tabela 13). Com efeito, o acréscimo da receita efetiva (4,0%) mais do que superou o aumento da despesa efetiva (2,0%) como resultado, sobretudo, da evolução das contribuições e quotizações pelo lado da receita, e, da despesa com prestações de desemprego pelo lado da despesa. Relativamente ao mês de fevereiro, registou-se um saldo positivo de 276 M€ (Tabela 12).

subconcessões da empresa Infraestruturas de Portugal (Caixa 1 em anexo).

<sup>12</sup> O orçamento da empresa Infraestruturas de Portugal para 2018 inclui dotação orçamental inicial em despesas com investimento no valor de 1759,9 M€, destacando-se o montante da componente concessões e subconcessões a PPP (1469,2 M€). No período janeiro-fevereiro de 2018, a execução desta componente principal das despesas de investimento foi de 427,2 M€, sendo que a execução no período homólogo foi de 397,5 M€.

**Tabela 12 - Execução mensal da segurança social**  
(em milhões de euros)

	jan/17	fev/17	Total
<b>Receita Efetiva</b>	<b>2447</b>	<b>2161</b>	<b>4608</b>
Contribuições e quotizações	1491	1260	2752
Transferências do OE	683	666	1349
Transferências do Fundo Social Europeu	201	19	220
<b>Despesa Efetiva</b>	<b>1944</b>	<b>1885</b>	<b>3829</b>
Pensões	1166	1168	2334
Prestações de desemprego	111	116	227
Ação Social	133	131	264
Ações de Formação Profissional	82	66	148
<b>Saldo</b>	<b>503</b>	<b>276</b>	<b>779</b>

Fontes: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. e cálculos da UTAO.

**Tabela 13 - Execução orçamental acumulada da segurança social de fevereiro**  
(em milhões de euros e em percentagem)

	Jan - Fev		Variação		execução 2017	OE/2018	Tvh (%)	Grau de execução (%)
	2017	2018	Tvh (%)	Contr. p/ tvh (p.p.)				
<b>1. Receita Corrente - da qual:</b>	<b>4 431</b>	<b>4 607</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>26 673</b>	<b>28 083</b>	<b>5,3</b>	<b>16,4</b>
Contribuições e quotizações	2 558	2 752	7,6	4,4	15 713	16 510	5,1	16,7
Transf. correntes da Ad. Central	1 473	1 395	-5,3	-1,7	8 951	8 529	-4,7	16,4
— Financ. da LBSS	1 123	1 109	-1,2	-0,3	6 737	6 654	-1,2	16,7
— IVA Social	133	137	3,4	0,1	797	824	3,4	16,7
Transferência do FSE	172	220	28,1	1,1	1 006	1 955	94,3	11,3
Transferência do FEAC	0	1	-	-	2	39	-	2,6
Outras receitas correntes	187	196	4,4	0,2	759	826	8,8	23,7
<b>2. Receita de Capital</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>-34,1</b>	<b>0,0</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>9,7</b>	<b>4,6</b>
<b>3. Receita Efetiva (1+2)</b>	<b>4 432</b>	<b>4 608</b>	<b>4,0</b>	<b>4,0</b>	<b>26 685</b>	<b>28 096</b>	<b>5,3</b>	<b>16,4</b>
<b>4. Despesa Corrente - da qual:</b>	<b>3 753</b>	<b>3 829</b>	<b>2,0</b>	<b>2,0</b>	<b>24 580</b>	<b>27 113</b>	<b>10,3</b>	<b>14,1</b>
Prestações Sociais - das quais:	3 266	3 301	1,1	0,9	21 596	22 974	6,4	14,4
Pensões, das quais:	2 357	2 334	-1,0	-0,6	16 011	16 700	4,3	14,0
— Sobrevivência	336	336	0,0	0,0	2 268	2 341	3,2	14,4
— Invalidez	190	158	-17,1	-9,9	1 257	1 087	-13,5	14,5
— Velhice	1 831	1 840	0,5	0,2	12 487	13 273	6,3	13,9
Sub. familiar a crianças e jovens	102	113	10,4	0,3	675	732	8,4	15,9
Subsídio por doença	77	93	19,9	0,4	511	565	10,6	16,4
Sub. desemprego e apoio ao emp.	246	227	-7,7	-0,5	1 312	1 352	3,0	16,8
Complemento Solidário p/ Idosos	34	35	2,1	0,0	208	226	8,5	15,4
Prestação Social de Indústrias	0	36	-	-	12	326	-	11,0
Prestações de parentalidade	73	89	21,5	0,4	498	536	7,6	16,6
Outras prestações	49	51	3,3	0,0	323	316	-2,1	16,0
Ação social	269	264	-2,0	-0,1	1 700	1 863	9,6	14,2
Rendimento Social de Inserção	58	60	4,0	0,1	344	357	3,8	16,8
Pensões do Regime Sub. Bancário	85	84	-0,9	0,0	474	471	-0,7	17,8
Transferências correntes	229	242	5,7	0,3	1 171	1 255	7,2	19,3
Ações de Formação Profissional	128	148	15,0	0,5	1 013	1 868	84,5	7,9
— c/ suporte no FSE	118	136	15,0	0,5	970	1 765	82,0	7,7
<b>5. Despesa de Capital</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>11,6</b>	<b>0,0</b>	<b>27</b>	<b>54</b>	<b>101,7</b>	<b>0,2</b>
<b>6. Despesa Efetiva (4+5)</b>	<b>3 753</b>	<b>3 829</b>	<b>2,0</b>	<b>2,0</b>	<b>24 607</b>	<b>27 167</b>	<b>10,4</b>	<b>14,1</b>
<b>7. Saldo Global (3-6)</b>	<b>679</b>	<b>779</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2 078</b>	<b>929</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Por memória: após ajustamentos								
<b>1.A Receita Corrente - da qual:</b>	<b>4 312</b>	<b>4 538</b>	<b>5,2</b>	<b>5,1</b>	<b>26 247</b>	<b>28 058</b>	<b>6,9</b>	<b>16,2</b>
Contribuições e quotizações	2 558	2 752	7,6	4,4	15 713	16 510	5,1	16,7
Transf. correntes da Ad. Central	1 401	1 395	-0,4	-0,1	8 521	8 529	0,1	16,4
Transferência do FSE	125	152	21,8	0,6	1 011	1 963	94,2	7,8
Outras receitas capital	1	1	-	-	10	11	6,1	5,4
<b>4.A Despesa corrente</b>	<b>3 656</b>	<b>3 829</b>	<b>4,7</b>	<b>4,7</b>	<b>24 580</b>	<b>27 113</b>	<b>10,3</b>	<b>14,1</b>
Pensões	2 262	2 334	3,2	2,0	16 011	16 700	4,3	14,0
— Sobrevivência	323	336	4,2	0,4	2 268	2 341	3,2	14,4
— Invalidez	183	158	-13,7	-0,7	1 257	1 087	-13,5	14,5
— Velhice	1 756	1 840	4,7	2,3	12 487	13 273	6,3	13,9
— c/ suporte no FSE	118	136	15,0	0,5	970	1 765	82,0	7,7
<b>6.A Despesa efetiva</b>	<b>3 656</b>	<b>3 829</b>	<b>4,7</b>	<b>4,7</b>	<b>24 607</b>	<b>27 167</b>	<b>10,4</b>	<b>14,1</b>
<b>7.A. Saldo Global (3A - 6A)</b>	<b>657</b>	<b>710</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 652</b>	<b>903</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fontes: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. e cálculos da UTAO. | Nota: os fatores de ajustamento encontram-se descritos na Caixa 1. O referencial anual para 2017 tem por base a execução provisória. Os referenciais anuais para 2018 são os referentes ao OE/2018.

**16 Ajustado dos fatores que comprometem a comparabilidade homóloga, a segurança social apresentou uma melhoria face ao mesmo período do ano anterior.** O saldo da segurança social, quando ajustado: (i) da transferência extraordinária para compensação do défice da segurança social; (ii) das transferências do Fundo Social Europeu para formação profissional e para o programa operacional PT2020, e, do FEAC (Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas), de forma a garantir o princípio da neutralidade dos fundos comunitários, e (iii) do diferente perfil de pagamentos dos duodécimos relativos ao subsídio de Natal para pensionistas e às despesas com pessoal, atingiu 710 M€ até fevereiro, o que representa um valor superior ao registado no mesmo período do ano anterior (657 M€).

**17 A receita de contribuições e quotizações aumentou de forma significativa em fevereiro.** A receita de contribuições e quotizações situou-se em 2752 M€ em fevereiro, em termos acumulados, o que representa um acréscimo homólogo de 7,6%, um aumento superior à variação implícita no OE/2018 para o ano como um todo (5,1%). No entanto, observou-se uma desaceleração quando comparado com janeiro, mês no qual o aumento foi de 8,6% (Gráfico 5). Em termos mensais, a receita obtida durante o mês de fevereiro foi de 1260 M€, o que representa um aumento de 6,3% em termos homólogos.

**18 Registou-se um acréscimo significativo das transferências correntes provenientes da União Europeia.** As transferências providas do Fundo Social Europeu atingiram em fevereiro 220 M€, o que representa um acréscimo de 28,1% em termos homólogos. Para tal terá contribuído a normalização do funcionamento do PT 2020. Por outro lado, as transferências correntes da administração central, em termos ajustados, i.e., excluindo a transferência extraordinária para compensação do défice do sistema previdencial da segurança social que se verificou em 2017 (72 M€ até fevereiro de 2017) diminuíram 0,4%, tendo atingido 1395 M€. Por componentes, de salientar a transferência do OE para cumprimento da LBSS no valor de 1109 M€, registando-se uma redução de 7,2%, a transferência do OE relativa ao IVA social de 137 M€ (aumento de 3,4%), a transferência do OE no âmbito da contrapartida pública nacional (sistema previdencial, PO APMC e PT 2020) que se situou em 19 M€ (diminuição de 14,8%) e a transferência no âmbito do regime substitutivo bancário de 83 M€.<sup>13, 14</sup>

**Gráfico 5 – Contribuições e quotizações em termos mensais e em termos acumulados**  
(variação homóloga, em percentagem)



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.

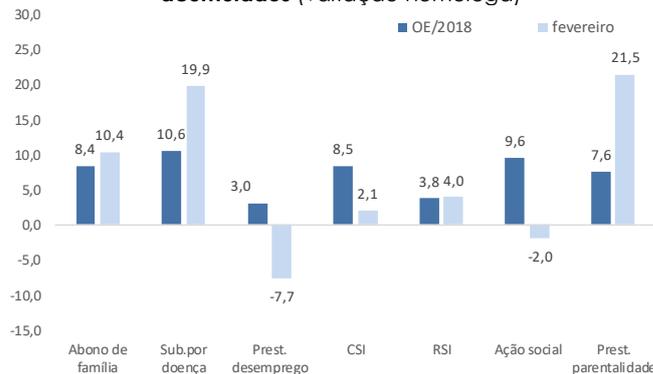
**19 Quando ajustada do diferente perfil de pagamento dos duodécimos relativos ao subsídio de Natal para pensionistas, a despesa com pensões apresentou um aumento.** Em termos ajustados, a despesa com pensões registou um acréscimo de 3,2%, em termos homólogos, um valor inferior à variação implícita no OE/2018 (4,3%), situando-se em 2334 M€. Por categorias, a despesa com pensões de velhice ascendeu a 1840 M€ (acrécimo homólogo de 4,7%), a despesa com pensões de invalidez atingiu 158 M€ (diminuição de -13,7%) e a despesa com pensões de sobrevivência fixou-se em 336 M€ (aumento de 4,2%).

<sup>13</sup> As transferências provenientes do Ministério da Educação (complemento de educação pré-escolar/ IPSS e financiamento/ bolsas de estudo e educação especial) fixaram-se em 22M€, tendo a transferência da CGA no âmbito da pensão unificada sido de 20M€.

<sup>14</sup> A receita proveniente dos jogos sociais ascendeu a 43M€.

**20 Até fevereiro registou-se um decréscimo significativo das prestações com desemprego, o que contrasta com a previsão de aumento para 2018.** A despesa com subsídio de desemprego e apoios ao emprego fixou-se em 227 M€ até fevereiro de 2018, o que representa um decréscimo de 7,7% explicado, em parte, pela evolução do mercado de trabalho, sendo que se encontra previsto no OE/2018 um acréscimo de 3,0% para o ano como um todo. Relativamente às restantes prestações sociais, observou-se um aumento de 4,0% da despesa com o rendimento social de inserção atingindo um total de 60 M€, um acréscimo de 2,1% do complemento solidário para idosos, ascendendo a 35 M€, bem como um aumento abono de família de 10,4% fixando-se em 113 M€ (Gráfico 6). O subsídio e complemento por doença aumentou 19,9% (totalizando 93 M€).

**Gráfico 6 – Despesa com Prestações sociais em termos acumulados** (variação homóloga)



Fontes: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.

#### Grau de execução da despesa efetiva por programa orçamental

Neste capítulo apresenta-se a execução da despesa efetiva da administração central, consolidada de transferências e por programa orçamental. Na Tabela 14 apresenta-se a execução e os limites para a despesa financiada por receitas gerais aprovados na Lei do OE/2018, no âmbito da qual se realizou a última atualização ao Quadro Plurianual de Programação Orçamental (QPPO) para a legislatura 2016-2019, cuja primeira versão foi publicada na Lei n.º 7-C/2016, de 31 de março e posteriormente atualizada pelo Programa de Estabilidade 2017-2021, de abril de 2017. O QPPO publicado no âmbito de Lei do OE/2018 apresenta um limite para a despesa de 49 819 M€, o que representa uma revisão em alta de 296 M€ face às previsões do Programa de Estabilidade, mas uma poupança de 539 M€ face à despesa projetada no início da legislatura. Adicionalmente, identifica-se o grau de execução da despesa efetiva consolidada da administração central para a execução de 2018 de cada programa orçamental e os aspetos mais relevantes.

- O programa orçamental P001-Órgãos de Soberania regista os montantes das transferências do Orçamento do Estado para a administração regional e local de 126,9 M€ e 459,8 M€, respetivamente, para o período janeiro-fevereiro de 2018. Os graus de execução foram de 25% e 17,4%, respetivamente;
- O programa orçamental P004-Finanças executou a transferências no âmbito da contribuição financeira para a União Europeia no valor de 387,7 M€, o que corresponde a um grau de execução de 22,7%. Quanto

- aos subsídios e indemnizações compensatórias (inclui classificação económica transferências correntes e subsídios), a execução situou-se em 13,4 M€, o que reflete um grau de execução de 11,0% do valor orçamentado no OE/2018. Encontram-se orçamentadas dotações centralizadas no P004-Finanças que se destinam a ser executadas noutros programas orçamentais para objetivos específicos: descongelamento de carreiras (130 M€), sustentabilidade do setor da saúde (84,9 M€), incêndios florestais (125 M€), regularização de passivos e aplicação de ativos (300 M€), contrapartida pública nacional (100 M€) e orçamento participativo (5 M€).<sup>15</sup> Até ao final de fevereiro foram reafetados 31 M€ da dotação para incêndios florestais, a que corresponde um grau de execução de 25,0%. Foram ainda utilizados 9,9 M€ da dotação provisional (grau de execução de 2,0% do OE/2018).
- iii) O programa orçamental P006-Defesa regista a despesa no âmbito da Lei de Programação Militar (LPM) e da Lei de Programação de Infraestruturas Militares (LPIM). A execução da LPM foi de 10,3 M€, o que corresponde a um grau de execução de 3,8%. Quanto à LPIM, não registou execução até ao final de fevereiro;
- iv) O programa orçamental P009-Cultura apresentou uma despesa de 64 M€, a que corresponde um grau de execução de 13,6% do OE/2018;
- v) O programa orçamental P011 inclui como principal componente os estabelecimentos de educação e ensinos básico e secundário, a qual apresentou uma execução de 763,7 M€ (grau de execução de 15,9% do OE/2018). Relativamente à empresa Parque Escolar, a execução foi de 7,3 M€, o que corresponde a um grau de execução de 5,6%;
- vi) O programa orçamental P012-Trabalho, Solidariedade e Segurança Social inclui a transferência do OE para o subsector da segurança social no âmbito da Lei de Bases, no montante de 1265,8 M€, correspondendo a um grau de execução de 16,7%. Relativamente à Caixa Geral de Aposentações e ao Instituto do Emprego e Formação Profissional, a execução situou-se em 1443,4 M€ e 71,5 M€, respetivamente, sendo que os graus de execução foram de 14,5% e 9,6%. De salientar que o OE/2018 consignou como receita do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, o montante das receitas líquidas do adicional do imposto municipal sobre imóveis e 2 p.p. das taxas do IRC, no montante de 50 M€ e 70 M€, respetivamente;<sup>16</sup>
- vii) O programa orçamental P013-Saúde inclui como principais componentes de despesa a aquisição de bens e serviços e as despesas com pessoal. A execução até fevereiro de 2018 foi de 1460,8 M€ e de 552,0 M€, respetivamente, sendo os graus de execução de 14,1% e 14,0%;<sup>17</sup>

viii) A execução orçamental do P014-Planeamento e Infraestruturas atingiu 565,7 M€ (grau de execução de 17,6%), sendo as principais entidades a empresa Infraestruturas de Portugal no montante de 505,1 M€ (grau de execução de 20,5% do OE/2018) e a CP-Comboios de Portugal no montante de 33,8 M€ (grau de execução de 7,7%);

ix) O P015-Economia registou até fevereiro uma despesa de 48,6 M€, o que corresponde a um baixo grau de execução de 9,7% do OE/2018, essencialmente devido aos contributos do Turismo de Portugal e do IAPMEI;

x) O programa orçamental P016-Ambiente registou uma despesa total de 381,7 M€, a que corresponde um grau de execução elevado de 32,0% do OE/2018, devido ao pagamento de juros relativos a contratos de swap no Metropolitano de Lisboa (271,2 M€) e Metro do Porto (36,3 M€). No Metropolitano de Lisboa regista-se um grau de execução orçamental de 60,9% do total anual.

**Tabela 14 - Despesa efetiva consolidada da administração central: grau de execução dos programas orçamentais**  
(em milhões de euros e em percentagem)

Programas	Despesa efetiva da administração central consolidada de transferências			Despesa efetiva da administração central consolidada de transferências, financiada por receitas gerais			Despesa efetiva do subsector Estado, financiada por receitas gerais	
	OE/2018	Execução jan-fev	Grau de execução OE/2018 %	QPP0 OE/2018 Lei do OE/2018	Execução jan-fev	Grau de execução OE/2018 %	Execução jan-fev	Grau de execução OE/2018 %
<b>Programas</b>								
P001 - Órgãos de Soberania	3 477	641	18,4	3 448	627	18,2	632	18,3
P002 - Governação	162	18	11,2	120	12	10,2	16	12,9
P003 - Representação Externa	396	38	9,5	290	32	11,1	32	11,2
P004 - Finanças	4 788	596	12,5	3 719	519	13,9	522	14,0
P005 - Encargos da Dívida (Juros)	7 270	1 347	18,5	7 268	1 346	18,5	1 346	18,5
P006 - Defesa	2 137	192	9,0	1 743	180	10,3	181	10,4
P007 - Segurança Interna	2 102	257	12,2	1 631	222	13,6	226	13,8
P008 - Justiça	1 359	154	11,4	619	90	14,6	90	14,6
P009 - Cultura	471	64	13,6	308	37	12,0	42	13,7
P010 - Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	2 537	295	11,6	1 492	212	14,2	258	17,3
P011 - Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar	6 118	889	14,5	5 314	820	15,4	835	15,7
P012 - Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	19 420	2 925	15,1	13 429	2 170	16,2	2 170	16,2
P013 - Saúde	14 863	2 042	13,7	8 470	876	10,3	1 402	16,6
P014 - Planeamento e Infraestruturas	3 220	566	17,6	813	17	2,1	62	7,6
P015 - Economia	501	49	9,7	213	6	3,0	10	4,9
P016 - Ambiente	1 194	382	32,0	87	3	3,5	4	4,1
P017 - Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	1 167	130	11,1	313	38	12,2	41	13,0
P018 - Mar	87	6	6,3	48	4	8,3	4	8,5
<b>Despesa efetiva, excluindo dotação provisional</b>	<b>71 268</b>	<b>10 590</b>	<b>14,9</b>	<b>49 325</b>	<b>7 212</b>	<b>14,6</b>	<b>7 872</b>	<b>16,0</b>
Dotação provisional: outras despesas correntes	495	10	2,0	495	10	2,0	10	2,0
<b>Despesa efetiva</b>	<b>71 763</b>	<b>10 600</b>	<b>14,8</b>	<b>49 819</b>	<b>7 221</b>	<b>14,5</b>	<b>7 882</b>	<b>15,8</b>
Por memória: Despesa primária	64 493	9 253	14,3	42 551	5 875	13,8	6 526	15,3

Fonte: DGO (SIGO) e cálculos da UTAO. | Nota: O montante de dotação provisional encontra-se evidenciado fora do P004-Finanças no sentido de permitir uma melhor avaliação da execução de cada programa. Os valores de execução da base de dados não incluem alguns organismos que não reportaram informação. Os valores orçamentados para cada programa orçamental referem-se aos montantes implícitos à Lei do OE/2018. A despesa financiada por receitas gerais tem como fonte de financiamento fundos do Orçamento do Estado, tais como receita proveniente de impostos e dívida direta do Estado. Por outro lado, a despesa financiada por receita própria tem como fonte de financiamento fundos arrecadados pelo organismo durante a atividade, tais como multas, rendimentos de propriedade, taxas, vendas, impostos consignados e fundos comunitários. Os valores da aquisição de bens e serviços do P013-Saúde não se encontram consolidados, bem como os juros no âmbito da administração central.

<sup>15</sup> As dotações aqui apresentadas excluem ativos financeiros.

<sup>16</sup> A consignação de 2 p.p. das taxas de IRC é faseada entre 2018-2021. Em 2018 a consignação é de 0,5 p.p. das taxas de IRC, sendo que o valor previsto transferir para a segurança social (70 M€) corresponde a 50% desta consignação.

<sup>17</sup> De referir que os montantes apresentados não se encontram consolidados entre a aquisição de bens e serviços e as respetivas vendas de bens e serviços.

### Caixa 1 - Ajustamentos efetuados à execução orçamental das administrações públicas

Na Tabela 1 seguinte apresenta-se a variação ajustada do saldo global das administrações públicas, identificando-se cada um dos fatores que, por assumirem um carácter específico e influenciarem a comparabilidade para o biénio 2017-2018, foram ajustados na execução orçamental, bem como nos referenciais anuais. A identificação é efetuada com especificação do subsetor e do âmbito do respetivo impacto (receita, despesa ou saldo). Os valores negativos indicam que se trata de um ajustamento com impacto negativo no saldo do subsetor, enquanto valores positivos correspondem a impacto positivo.

(1) Exclusão das **transferências extraordinárias do OE para a segurança social** em 2017, sendo que se efetuaram transferências mensais do subsetor Estado para a segurança social.

(2) Eliminação da receita proveniente de **restituições do orçamento da União Europeia a Portugal** em 2017 e 2018.

(3) As transferências do Fundo Social Europeu (FSE) para a segurança social e a respetiva aplicação em despesa com ações de formação profissional e outros subsídios correntes são ajustadas no sentido de assegurar o cumprimento do **princípio da neutralidade dos fundos comunitários**.

(4) Exclusão da receita fiscal no âmbito do **Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES)** no subsetor Estado.

(5) Eliminação do montante de receita de IRC no âmbito do **regime de reavaliação de ativos**.

(6) Correção do efeito decorrente do **diferente perfil de pagamentos das despesas com pessoal e das pensões devido à eliminação dos duodécimos relativos ao subsídio de Natal** para trabalhadores do setor público, pensionistas da CGA e da segurança social, bem como o efeito de segunda ordem refletido em contribuições sociais.

encontra-se em taxas, enquanto no ano 2017 e no OE/2018 a receita foi registada em impostos indiretos.

(9) Linearização mensal do referencial anual da despesa em **concessões e subconcessões da empresa Infraestruturas de Portugal** no biénio 2017-2018. As despesas para o ano corrente encontram-se contratualizadas e referem-se aos pagamentos às concessionárias e subconcessionárias de PPP rodoviárias.

(10) Linearização mensal do referencial anual para a **despesa com juros do subsector Estado** devido ao diferente perfil intra-anual no biénio 2017-2018.

(11) Linearização da despesa relativa à **contribuição financeira para a União Europeia** decorrente do diferente perfil intra-anual no biénio 2017-2018.

(12) Exclusão da **despesa no âmbito dos incêndios florestais** ocorridos em 2017. No OE/2018 encontra-se orçamentado o montante de despesa efetiva de 125 M€ em outras despesas correntes na dotação centralizada no Ministério das Finanças, bem como o montante de 62 M€ em despesa de ativos financeiros. A execução orçamental desta despesa pode vir a ser realizada em diferente classificação económica e em diferente programa orçamental.

**Tabela 1. Ajustamentos à conta das administrações públicas**  
(em milhões de euros)

	Subsetor	Âmbito	Janeiro-fevereiro		Referenciais anuais	
			2017	2018	2017	OE/2018
<b>Saldo global não ajustado</b>			<b>27</b>	<b>258</b>	<b>-2 574</b>	<b>-3 537</b>
Ajustamentos c/efeito negativo no saldo:						
Transf. Extraordinária do OE para a Seg. Social (*)	(1) Seg. Social	Receita	-72	0	-430	0
Restituições relativas à contribuição para a União Europeia	(2) Estado	Receita	-85	-103	-85	0
Transferências FSE	(3) Seg. Social	Receita/Despesa	-47	-69	4	-25
Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES)	(4) Estado	Receita	0	0	n.d.	-100
Reavaliação de ativos	(5) Estado	Receita	0	0	-107	-107
Contribuições sociais sobre o subsídio de Natal pago em novembro de 2017	(6) AP	Receita	-24	0	0	0
Receita de IRC decorrente de transações financeiras de uma empresa privada	(7) Estado	Receita	0	0	-235	n.d.
Alteração da classificação contabilística no INEM: receita fiscal	(8) SFA	Receita	-20	0	-107	-111
Ajustamentos c/efeito positivo no saldo:						
Linearização das despesas com concessões da empresa Infraestruturas de Portugal	(9) SFA	Despesa	156	182	0	0
Linearização dos juros da dívida pública	(10) Estado	Despesa	223	136	0	0
Linearização da contribuição financeira para a União Europeia	(11) Estado	Despesa	67	103	0	0
Despesas com pessoal: fim do pagamento do subsídio de Natal em duodécimos	(6) AP	Despesa	119	0	0	0
Pensões e abonos da CGA: fim do pagamento do subsídio de Natal em duodécimos	(6) SFA	Despesa	57	0	0	0
Pensões da segurança social: fim do pagamento do subsídio de Natal em duodécimos	(6) Seg. Social	Despesa	95	0	0	0
Despesa centralizada no âmbito de incêndios florestais	(12) Estado	Despesa	0	31	0	125
Alteração da classificação contabilística no INEM: taxas	(8) SFA	Receita	20	0	107	111
Transf. Extraordinária do OE para a Seg. Social (*)	(1) Estado	Despesa	72	0	430	0
<b>Efeito líquido dos ajustamentos</b>			<b>562</b>	<b>280</b>	<b>-423</b>	<b>-108</b>
<b>Saldo global ajustado</b>			<b>588</b>	<b>538</b>	<b>-2 997</b>	<b>-3 644</b>

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Notas: (\*) operações sem impacto no saldo global das administrações públicas, pois consolidam no perímetro das administrações públicas.

(7) Exclusão de uma **receita de IRC** no montante de 235 M€ decorrente de operações financeiras de uma única empresa.

(8) **Uniformização contabilística da receita do INEM** - Instituto Nacional de Emergência Médica relativa à taxa de incidência sobre os seguros. Durante a execução do ano 2018 a receita

**Tabela 15 – Conta consolidada (ajustada) das administrações públicas para 2018**  
(em milhões de euros, percentagem e pontos percentuais)

	Janeiro-fevereiro					Ref. Anual					Grau execução		Falta executar		
	Execução		Variação homóloga		Contributo p.p.	2017	OE/2018	Variação homóloga		Contributo p.p.	2017	OE/2018	2017	OE/2018	
	2017	2018	M€	%				M€	%						
RECEITA CORRENTE	11 893	12 505	613	5,2	5,0	78 577	82 642	4 065	5,2	5,0	15,1	15,1	66 684	70 137	
Impostos diretos	2 566	2 682	116	4,5	1,0	21 410	21 745	334	1,6	0,4	12,0	12,3	18 844	19 062	
Impostos indiretos	4 336	4 731	395	9,1	3,3	25 928	26 772	843	3,3	1,0	16,7	17,7	21 592	22 041	
Contrib. de segurança social	3 125	3 335	210	6,7	1,7	19 760	20 469	709	3,6	0,9	15,8	16,3	16 635	17 134	
Outras receitas correntes	1 793	1 733	-59	-3,3	-0,5	11 474	13 648	2 174	19,0	2,7	15,6	12,7	9 681	11 914	
Diferenças de consolidação	72	24				4	9								
DESPESA CORRENTE	10 939	11 562	623	5,7	5,4	78 323	82 927	4 604	5,9	5,5	14,0	13,9	67 384	71 365	
Consumo público	4 380	4 357	-23	-0,5	-0,2	32 887	34 944	2 057	6,3	2,5	13,3	12,5	28 507	30 587	
Despesas com pessoal	2 844	2 871	27	0,9	0,2	20 144	20 176	32	0,2	0,0	14,1	14,2	17 299	17 305	
Aq. bens e serv.e out. desp. corr.	1 536	1 486	-50	-3,2	-0,4	12 744	14 768	2 024	15,9	2,4	12,1	10,1	11 208	13 282	
Aquisição de bens e serviços	1 427	1 323	-103	-7,2	-0,9	11 779	12 976	1 197	10,2	1,4	12,1	10,2	10 353	11 653	
Outras despesas correntes	109	163	54	49,3	0,5	965	1 792	827	85,8	1,0	11,3	9,1	855	1 629	
Subsídios	121	156	35	29,1	0,3	947	1 347	400	42,2	0,5	12,8	11,6	826	1 191	
Juros e outros encargos	1 266	1 605	338	26,7	2,9	8 299	8 426	127	1,5	0,2	15,3	19,0	7 033	6 822	
Transferências correntes	5 169	5 419	251	4,9	2,2	35 596	37 407	1 811	5,1	2,2	14,5	14,5	30 428	31 988	
<i>Dotação provisional</i>	0	10				535	495								
Diferenças de consolidação	3	25				58	307								
SALDO CORRENTE	954	943	-10			254	-285	-539						-700	-1 228
RECEITAS DE CAPITAL	246	190	-56	-22,9	-0,5	2 003	3 480	1 477	73,7	1,8	12,3	5,5	1 757	3 290	
Diferenças de consolidação	9	9				30	26								
DESPEAS DE CAPITAL	612	595	-16	-2,7	-0,1	5 254	6 840	1 586	30,2	1,9	11,6	8,7	4 642	6 244	
Investimento	446	445	-1	-0,1	0,0	4 137	5 485	1 348	32,6	1,6	10,8	8,1	3 691	5 040	
Transferências de capital	130	147	17	13,1	0,1	987	1 313	327	33,1	0,4	13,1	11,2	857	1 167	
Outras despesas de capital	28	3	-24	-87,6	-0,2	62	41	-20	-32,9	0,0	44,6	8,2	34	38	
Diferenças de consolidação	9	0				68	0								
RECEITA EFETIVA	12 139	12 695	556	4,6	4,6	80 580	86 122	5 542	6,9	6,9	15,1	14,7	68 441	73 427	
DESPESA EFETIVA	11 551	12 157	606	5,3	5,3	83 577	89 767	6 190	7,4	7,4	13,8	13,5	72 026	77 610	
<b>SALDO GLOBAL</b>	<b>588</b>	<b>538</b>	<b>-50</b>			<b>-2 997</b>	<b>-3 644</b>	<b>-647</b>					<b>-3 585</b>	<b>-4 182</b>	
<i>Por memória:</i>															
Receita fiscal	6 902	7 413	511	7,4	4,2	47 339	48 516	1 178	2,5	1,5	14,6	15,3	40 436	41 103	
Despesa corrente primária	9 673	9 957	284	2,9	2,5	70 024	74 501	4 477	6,4	5,4	13,8	13,4	60 351	64 543	

Fonte: DGO e cálculos UTAO | Notas: Os dados encontram-se consolidados de transferências, subsídios, juros e rendimentos de propriedade entre organismos das administrações públicas, bem como consolidados entre aquisição de bens e serviços com vendas de bens e serviços para algumas entidades do programa orçamental Saúde. Os dados para 2017 têm por base a execução provisória. O referencial anual 2018 do agrupamento de despesa "outras despesas correntes" inclui a dotação provisional (495 M€), bem como um montante de reserva orçamental (451,2 M€). A existência de diferenças de consolidação nas respetivas rubricas na conta da DGO tem implicação ao nível da qualidade da análise das rubricas por classificação económica (ver Nota Técnica da UTAO n.º 28/2014).

**Tabela 16 – Conta consolidada (não ajustada) das administrações públicas para 2018**  
(em milhões de euros, percentagem e pontos percentuais)

	Janeiro-fevereiro					Ref. Anual					Grau execução		Falta executar		
	Execução		Variação homóloga		Contributo p.p.	2017	OE/2018	Variação homóloga		Contributo p.p.	2017	OE/2018	2017	OE/2018	
	2017	2018	M€	%				M€	%						
RECEITA CORRENTE	12 048	12 677	629	5,2	5,1	79 000	82 875	3 875	4,9	4,8	15,3	15,3	66 952	70 198	
Impostos diretos	2 566	2 682	116	4,5	0,9	21 753	21 905	153	0,7	0,2	11,8	12,2	19 186	19 223	
Impostos indiretos	4 356	4 731	375	8,6	3,0	25 928	26 929	1 001	3,9	1,2	16,8	17,6	21 572	22 199	
Contrib. de segurança social	3 149	3 335	186	5,9	1,5	19 760	20 469	709	3,6	0,9	15,9	16,3	16 612	17 134	
Outras receitas correntes	1 904	1 905	1	0,0	0,0	11 555	13 562	2 008	17,4	2,5	16,5	14,0	9 650	11 657	
Diferenças de consolidação	72	24				4	9								
DESPESA CORRENTE	11 500	11 826	326	2,8	2,7	78 323	83 052	4 729	6,0	5,7	14,7	14,2	66 823	71 226	
Consumo público	4 498	4 357	-142	-3,1	-1,2	32 887	35 069	2 182	6,6	2,6	13,7	12,4	28 389	30 712	
Despesas com pessoal	2 963	2 871	-92	-3,1	-0,7	20 144	20 176	32	0,2	0,0	14,7	14,2	17 181	17 305	
Aq. bens e serv.e out. desp. corr.	1 536	1 486	-50	-3,2	-0,4	12 744	14 893	2 149	16,9	2,6	12,1	10,0	11 208	13 407	
Aquisição de bens e serviços	1 427	1 323	-103	-7,2	-0,8	11 779	12 976	1 197	10,2	1,4	12,1	10,2	10 353	11 653	
Outras despesas correntes	109	163	54	49,3	0,4	965	1 917	952	98,7	1,1	11,3	8,5	855	1 754	
Subsídios	121	156	35	29,1	0,3	947	1 347	400	42,2	0,5	12,8	11,6	826	1 191	
Juros e outros encargos	1 489	1 740	251	16,8	2,0	8 299	8 426	127	1,5	0,2	17,9	20,7	6 810	6 686	
Transferências correntes	5 388	5 548	160	3,0	1,3	35 596	37 407	1 811	5,1	2,2	15,1	14,8	30 208	31 860	
Diferenças de consolidação	3	25				58	307								
SALDO CORRENTE	548	851	303			677	-177	-854						129	-1 028
RECEITAS DE CAPITAL	246	190	-56	-22,9	-0,5	2 003	3 480	1 477	73,7	1,8	12,3	5,5	1 757	3 290	
Diferenças de consolidação	9	9				30	26								
DESPEAS DE CAPITAL	768	783	15	2,0	0,1	5 254	6 840	1 586	30,2	1,9	14,6	11,4	4 486	6 057	
Investimento	602	628	26	4,3	0,2	4 137	5 485	1 348	32,6	1,6	14,5	11,4	3 535	4 857	
Transferências de capital	130	152	22	16,9	0,2	987	1 313	327	33,1	0,4	13,1	11,5	857	1 162	
Outras despesas de capital	28	3	-24	-87,6	-0,2	62	41	-20	-32,9	0,0	44,6	8,2	34	38	
Diferenças de consolidação	9	0				68	0								
RECEITA EFETIVA	12 294	12 867	573	4,7	4,7	81 003	86 355	5 352	6,6	6,6	15,2	14,9	68 709	73 488	
DESPESA EFETIVA	12 268	12 609	341	2,8	2,8	83 577	89 892	6 315	7,6	7,6	14,7	14,0	71 309	77 283	
<b>SALDO GLOBAL</b>	<b>27</b>	<b>258</b>	<b>232</b>			<b>-2 574</b>	<b>-3 537</b>	<b>-963</b>					<b>-2 600</b>	<b>-3 795</b>	
<i>Por memória:</i>															
Receita fiscal	6 922	7 413	491	7,1	4,0	47 681	48 834	1 154	2,4	1,4	14,5	15,2	40 759	41 422	
Despesa corrente primária	10 011	10 086	75	0,8	0,6	70 024	74 626	4 602	6,6	5,5	14,3	13,5	60 013	64 540	

Fonte: DGO e cálculos UTAO | Notas: Os dados encontram-se consolidados de transferências, subsídios, juros e rendimentos de propriedade entre organismos das administrações públicas, bem como consolidados entre aquisição de bens e serviços com vendas de bens e serviços para algumas entidades do programa orçamental Saúde. Os dados para 2017 têm por base a execução provisória. O referencial anual 2018 do agrupamento de despesa "outras despesas correntes" inclui a dotação provisional (495 M€), bem como um montante de reserva orçamental (451,2 M€). A existência de diferenças de consolidação nas respetivas rubricas na conta da DGO tem implicação ao nível da qualidade da análise das rubricas por classificação económica (ver Nota Técnica da UTAO n.º 28/2014).